

**MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA / RS
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL DE ABERTURA Nº 02/2016**

AVISO Nº 02 - RETIFICAÇÃO

O Prefeito do Município de Cachoeirinha / RS, no uso de suas atribuições legais, torna público, por este Aviso, a retificação do Edital de Abertura nº 02/2016, conforme subitens relacionados abaixo, considerando as alterações destacadas em fonte vermelha e sublinhada (inclusão) e fonte original tachada (exclusão):

2. DOS CARGOS

2.1 Quadro Demonstrativo de Cargos:

Nº	CARGOS	TOTAL DE VAGAS	VAGAS ACESSO UNIVERSAL	VAGAS ACESSO PCD	TIPO DE PROVAS	NÍVEL ESCOLAR MÍNIMO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO BÁSICO – MÊS + * <u>GRATIFICAÇÃO</u>
----	--------	----------------	------------------------	------------------	----------------	----------------------	-----------------------	---

* As vantagens e tabela de vencimentos estão disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Cachoeirinha, <http://www.cachoeirinha.rs.gov.br/portal/index.php/quadro-funcional> e <http://www.cachoeirinha.rs.gov.br/portal/index.php/legislacao>.

Anexo I – Atribuições e Requisitos de Provimento dos Cargos

Cargo: Assistente Social

Requisitos: Ensino superior completo em Serviço Social. Registro ativo no respectivo Conselho de Classe para o exercício da profissão. Idade mínima 18 anos.

Cargo: Enfermeiro UBS

Requisitos: Ensino superior completo em Enfermagem. Registro ativo no respectivo Conselho de Classe para o exercício da profissão. Idade mínima 18 anos.

Atribuições:

Coordenar e cuidar todo o material inerente à atividade; Assistir aos pacientes, coordenando grupos para visitas domiciliares; Atender nos postos de saúde, nas creches e escolas; Coordenar as equipes dos postos de saúde, quando for designado para tal; Controle dos medicamentos; Elaborar programas e projetos a serem desenvolvidos na área da saúde, quando solicitado para tal; Praticar todos os atos correlatos que lhe forem determinados.

Anexo III – Conteúdo Programático e Bibliografia Sugerida por Cargos

Observação: Considerar-se-á a legislação vigente, incluindo alterações, legislações complementares, súmulas, jurisprudência e/ou orientações jurisprudenciais, até a data da publicação do Aviso de Abertura de Inscrições.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
ENFERMEIRO – UBS**

Bibliografia Sugerida:

BACKES, Dirce Stein; LUNARDI FILHO, Wilson D.; LUNARDI, Valéria Lerch. O processo de humanização do ambiente hospitalar centrado no trabalhador. Revista da Escola de Enfermagem, USP [online], 2006, v. 40, n. 2, p. 221-227.

BRASIL. Lei nº 7.498/86, de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a Regulamentação do Exercício da Enfermagem. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7498.htm

_____. Decreto Nº 94.406, de 08 de junho de 1987. Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da enfermagem, e dá outras providências.

_____. Ministério da saúde. Calendário Nacional de Vacinação. Disponível em <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/leia-mais-o-ministerio/197-secretaria-svs/13600-calendario-nacional-de-vacinacao>

_____. Ministério da saúde. Política Nacional de Humanização. Disponível em http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/area.cfm?id_area=1342

CABRAL, Ivone Evangelista (revisão técnica). Administração de medicamentos – Série Enfermagem prática. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Editores, 2002.

CARPENITO-MOYET, Lynda Juall. Diagnósticos de Enfermagem. Aplicação à prática clínica. Porto Alegre: Artmed, 2011.

COFEN – Conselho Federal de Enfermagem. Resolução Cofen Nº 311/2007. Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.

FAKIH, Flávio Trevisani. Manual de Diluição e Administração de Medicamentos Injetáveis. Série Enfermagem Prática. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Editores, 2000.

KURCGANT, Paulina. Gerenciamento em Enfermagem. 2 ed. - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

LYNN, Pamela. Habilidades de Enfermagem Clínica de Taylor. Uma abordagem ao processo de enfermagem. Porto Alegre: Artmed, 2009.

TAYLOR, Carol et al. Fundamentos de Enfermagem. A arte e a ciência de cuidado de enfermagem. Porto Alegre: Artmed, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica, nº 37. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: Hipertensão arterial sistêmica. Brasília, DF. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de Atenção Básica nº 36. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: Diabetes Mellitus. Brasília, DF, 2013.

Doenças Infecciosas e Parasitárias. Guia de bolso. 8 ed. revisada. Brasília - DF - 2010.

Feridas: fundamentos e atualizações em enfermagem/ organizadores, Roberto Carlos Lyra da Silva, Nêbia Maria de Almeida de Figueiredo, Isabella Barbosa Meireles. - São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2007.

Manual técnico para promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças na saúde suplementar / Agência Nacional de Saúde Suplementar (Brasil). – 4. ed. rev. e atual.– Rio de Janeiro : ANS, 2011.

Programa Nacional de Prevenção e Controle de Infecções relacionadas à Saúde (2013-2015). Gerência Geral de Tecnologia em Serviço de Saúde - GGTES. Brasília, setembro de 2013.

Lei nº. 8.080/90. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Lei nº. 8.142/90. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

Decreto nº. 7.508/11. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.

Política Nacional de Atenção Básica e suas Portarias.

Política Nacional de Controle do Tabagismo.

Política Nacional de Imunização mais Calendário Nacional de Vacinação Atual.

Portaria com Listas de Doenças de Notificação Compulsória.

Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação.

Manual de Vigilância epidemiológica de eventos Adversos Pós-Vacinação.

Cadernos de Atenção Básica:

[Nº 13](#) Câncer de Colo do Útero e Mama;

[Nº 32](#) Pré Natal de Baixo Risco;

[Nº 33](#) Saúde da Criança;

[Nº 34](#) Saúde Mental;

[Nº 36](#) Diabetes Mellitus;

[Nº 37](#) HAS – Hipertensão Arterial Sistêmica;

[Nº 40](#) Tabagismo;

Tuberculose; HIV/AIDS; Raiva; DSTs; Vigilância Sanitária; Epidemiológica e do Trabalho.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS ENGENHEIRO AMBIENTAL

Bibliografia Sugerida:

BARBIERI, José Carlos. Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BAIRD, Colin. Química ambiental. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.
BRANCO, Samuel Murgel; MURGEL, Eduardo. Poluição do ar. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004.
DI BERNARDO, Luiz; DANTAS, Ângela Di Bernardo. Seleção de tecnologias de tratamento de água. São Carlos, SP: LDIBE, 2008. 2v.
FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
GUERRA, Antonio José Teixeira. Gestão ambiental de áreas degradadas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
JACOBI, Pedro. Gestão compartilhada dos resíduos sólidos no Brasil. São Paulo: Annablume, 2006.
MOURA, Ana Clara Mourão. Geoprocessamento na gestão e planejamento urbano. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Ed. do Autor, 2005.
NUNES A. J. Tratamento Biológico de Águas Residuárias. 3ª ed. Sergipe, 2012
NUNES A. J. Tratamento Físico-Químico de Águas Residuárias. 3ª ed. Sergipe, 2001.
PANORAMA dos resíduos sólidos no Brasil. São Paulo: ABRELPE, 2013.
PHILLIPI Jr., Arlindo. Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. São Paulo: Manole, 2005.
REIS, L. B.; FADIGAS, E. A. A.; CARVALHO, C. E. Energia, recursos naturais e a prática do desenvolvimento sustentável. Editora Manole, 2005.
SANTOS, Rosely Ferreira dos Santos. Planejamento ambiental: teoria e prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.
SILVA, Fábio César da et al. Gestão pública de resíduos sólido urbano: compostagem e interface agro-florestal. Botucatu, SP: FEPAM, 2009.
Sánchez, Luis Enrique. Avaliação de Impacto Ambiental: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de Textos, 2006.
SPERLING, Marcos Von. Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos. Belo Horizonte: Rio de Janeiro: ABES, 2005.

Leis Federais:

6.938/1981 – Política Nacional do Ambiente, principalmente quanto aos instrumentos Decreto 99.274/1990 – Estações ecológicas e áreas de proteção ambiental.

12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, principalmente quanto aos requisitos dos planos de gerenciamento de resíduos.

9433/1997 – Política nacional de recursos hídricos, principalmente quanto a outorga do uso da água.

9.605/1998 – Crimes Ambientais.

12.651/2012 – Decreto 7404 – quanto as intervenções em APP

Lei complementar 140/2011.

Leis Estaduais:

9.921/1993 – Principalmente quanto a incineração de resíduos

Decreto 52.701/2015 desassoreamento

Portarias da FEPAM:

034/2009 – Instrução MTR

009/2012 – MDF e MDP

Resolução SEMA nº 113/2012 – Enquadramento águas da bacia rio Gravataí.

Instrução normativa IBAMA nº 112/2006

Leis Municipais:

1339/1993 – Política Ambiental de Cachoeirinha.

2119/2002 – Estacionamentos.

Lei complementar 11/2007 – Plano diretor, principalmente quanto aos usos das zonas.

4116/2015 altera a lei 3800/2013 quanto ao art 99 – Estrutura da SMMA.

3159/2010 e decreto 5324/2012 – Óleos.

Resoluções CONAMA:

001/1986 – Principalmente quanto ao artigo 2.

237/1997 – Licenciamento.

307/2002, 348/2004, 431/2011 e 448/2012 – quanto aos RCC

375/2006 – Aplicação esgoto em solo.

357/2005, 430/2011 e 410/2009 – Lançamento efluentes.

420/2009 e 460/2013 – Qualidade do solo e áreas contaminadas – principalmente quanto ao capítulo IV da resolução.

001/1990 – Emissões atmosféricas (ruído)

003/1990 – Emissões atmosféricas.

436/2011 – Principalmente quanto ao Anexo XIV.

316/2002 – Sistemas de tratamento térmico.

023/1996 – Tratamento a ser adotado quanto ao transporte e depósito de resíduos perigosos.

Resoluções CONSEMA:

128/2006 – Lançamento de efluentes.

[109/2005 – Gerenciamento Planos RCC.](#)

[NBRs:](#)

[7229 – Sistemas de tanques sépticos.](#)

[13.969 – Unidades de tratamento e disposição final de efluentes.](#)

[15.461 – Sistemas armazenamento líquidos combustíveis.](#)

[16725 – Ficha de segurança de produtos químicos.](#)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS ENGENHEIRO QUÍMICO

Conteúdos Programáticos:

Princípios básicos de Engenharia Química. Relações de composição de misturas. Propriedades físico-químicas. Métodos analíticos. Fenômenos de Transporte. Operações Unitárias. Processos de separação. Aplicações dos princípios ao projeto de equipamentos. escoamento de fluidos e transferência de calor e massa. Equipamentos para transporte e armazenamento de fluidos e sólidos. Equipamentos para transferência de calor e massa. Termodinâmica. Leis da Termodinâmica. Equilíbrio de reações químicas. Reatores Químicos. Cinética de reações. Reatores batelada e semi-batelada. Análise e projeto de Reatores químicos. Controle. Introdução aos sistemas de controle. Sensores e elementos finais de controle. Materiais. Materiais orgânicos, Materiais metálicos, Materiais cerâmicos, Materiais compostos. Segurança. Normas regulamentares, regulamentadoras e normas técnicas. Materiais perigosos e condições de risco. Segurança em processos. Segurança em sistemas elétricos. Resíduos. Caracterização da periculosidade (classes de resíduos, ensaios de lixiviação). Gerenciamento de resíduos sólidos industriais. Processos de tratamento e disposição final de resíduos. Minimização de resíduos. Incineração de resíduos. Qualidade ambiental. Risco industrial e ambiental. Caracterização geral de efluentes líquidos oriundos de processos industriais, sanitários. Padrões de emissão. Processos convencionais de tratamento de efluentes. Processos de tratamento de efluentes com ênfase em minimização e reciclagem. Geração e caracterização de emissões gasosas. Limites máximos de emissão. Processos de controle e tratamento de emissões. Processos de minimização de emissões. Processos de Reciclagem. Processo de licenciamento ambiental. Processos de tratamento de água. Processos de tratamento de efluentes líquidos. Tratamento e disposição final de lodos. Legislações de tratamento de água e pertinente à área, bem como suas atualizações. Resoluções CONAMA nº. 369/2006, 420/2009, 436/2011 e 237/1997. Lei Complementar 140/2011. Licenciamento ambiental: conceitos jurídicos, normas e procedimentos. GPS: noções básicas de funcionamento e operação. [Reatores UASB \(Upflow Anaerobic Sludge Blanket\), Reatores RAFAs \(Reatores Anaeróbicos de Fluxo Ascendente\), Pirólise de biomassa e despolimerização catalítica. Processos avançados de tratamento de efluentes.](#)

Bibliografia Sugerida:

BRASIL. Decreto nº 5440 de 04 de maio de 2005. Estabelece definições e procedimentos sobre o controle de qualidade da água de sistemas de abastecimento e institui mecanismos e instrumentos para divulgação de informação ao consumidor sobre a qualidade da água para consumo humano.

BRASIL. Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional dos Resíduos Sólidos.

BACCAN, Nivaldo; ANDRADE, J. C.; GODINHO, O.E.S. Química analítica quantitativa elementar. São Paulo: Edgard Blucher, 2001.

BIRD, R. Byron; STEWART, Warren, LIGHTFOOT, Edwing. Fenômenos de transporte. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

BRAILE, P. M.; CAVALCANTI, J. E. W. A. Manual de tratamento de águas residuárias industriais. São Paulo: CETESB, 1993.

BRAGA, Benedito. Introdução à Engenharia Ambiental—o desafio do desenvolvimento sustentável. 2. ed. São Paulo: Ed Manole, 2005.

BROWN, Theodore L.; LeMAY Jr, H. Eugene; BURSTEN, Bruce E.; BURDGE, Julia R. Química: a ciência central. 9 ed. São Paulo: Pearson, 2005.

DEMPSEY, C. R.; OPPELT, E. T. Incineração de resíduos perigosos. São Paulo, CETESB, 1996.

FOGLER, H.S. Elementos de Engenharia das Reações Químicas. Rio de Janeiro, Ed. LTC, 2002.

INCROPERA, Frank P.; DEWITT, David P. Fundamentos de transferência de calor e de massa. Rio de Janeiro: LTC, 2003.

PERLINGEIRO, C. A. G. Engenharia de processos. São Paulo: Edgard Blucher, 2005.

ROCCA, A. C. Resíduos sólidos industriais. São Paulo: CETESB, 1993.

ROMA, Woodrow Nelson. Fenômenos de transporte para a engenharia. 2. ed. São Paulo: RIMA, 2006.

RUSSEL, John B. Química Geral. V. I.e II. 2. Ed. São Paulo: Editora Makron, 1994.

SHREVE, Norris; BRINK, Joseph. Indústrias de processos químicos. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

SONNTAG, Richard Edwin; BORGNACKE, C.; VAN WYLEN, Gordon J. Fundamentos da termodinâmica. São Paulo: Edgard Blücher, 2008.

TOMMASI, L. R. Estudo de impacto ambiental. São Paulo: CETESB, 1994.

VAN VLACK, Lawrence H. Princípios de ciência dos materiais. São Paulo: E. Blücher, 2008.

NBRs:

7229 — Sistemas de tanques sépticos.

13.969 — Unidades de tratamento e disposição final de efluentes.

15.461 — Sistemas armazenamento líquidos combustíveis.

16725 — Ficha de segurança de produtos químicos.

14.725 — Segurança produtos químicos.

14.605 — Posto de serviço — sistema de drenagem.

Resoluções CONSEMA:

128/2006 — Lançamento de efluentes.

109/2005 — Gerenciamento Planos RCC.

Resoluções CONAMA:

001/1986 — Principalmente quanto ao artigo 2.

237/1997 — Licenciamento.

307/2002, 348/2004, 431/2011 e 448/2012 — quanto aos RCC

375/2006 — Aplicação esgoto em solo.

357/2005, 430/2011 e 410/2009 — Lançamento efluentes.

420/2009 e 460/2013 — Qualidade do solo e áreas contaminadas — principalmente quanto ao capítulo IV da resolução.

001/1990 — Emissões atmosféricas (ruído)

003/1990 — Emissões atmosféricas.

436/2011 — Principalmente quanto ao Anexo XIV.

316/2002 — Sistemas de tratamento térmico.

023/1996 — Tratamento a ser adotado quanto ao transporte e depósito de resíduos perigosos.

Portarias da FEPAM:

034/2009 — Instrução MTR

009/2012 — MDF e MDP

Resolução SEMA nº 113/2012 — Enquadramento águas da bacia rio Gravataí.

Instrução normativa IBAMA nº 112/2006

Leis Municipais:

1339/1993 — Política Ambiental de Cachoeirinha.

2119/2002 — Estacionamentos.

Lei complementar 11/2007 — Plano diretor, principalmente quanto aos usos das zonas.

4116/2015 altera a lei 3800/2013 quanto ao art. 99 — Estrutura da SMMA.

3159/2010 e decreto 5324/2012 — Óleos.

Lei nº. 6.938/1981 — Política Nacional do Ambiente, principalmente quanto aos instrumentos.

Decreto 99.274/1990 — Estações ecológicas e áreas de proteção ambiental.

Lei nº. 12.305/2010 — Política Nacional de Resíduos Sólidos, principalmente quanto aos requisitos dos planos de gerenciamento de resíduos.

Lei nº. 9433/1997 — Política nacional de recursos hídricos, principalmente quanto à outorga do uso da água.

Lei nº. 9.605/1998 — Crimes Ambientais.

Lei nº. 12.651/2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa

Decreto nº. 7404 — Quanto às intervenções em APP

Lei complementar 140/2011.

Lei nº. 9.921/1993 — Principalmente quanto a incineração de resíduos.

Decreto 52.701/2015 — Desassoreamento.

Leis Federais:

6.938/1981 — Política Nacional do Ambiente, principalmente quanto aos instrumentos Decreto 99.274/1990 — Estações ecológicas e áreas de proteção ambiental.

12.305/2010 — Política Nacional de Resíduos Sólidos, principalmente quanto aos requisitos dos planos de gerenciamento de resíduos.

9433/1997 — Política nacional de recursos hídricos, principalmente quanto a outorga do uso da água.

9.605/1998 — Crimes Ambientais.

12.651/2012 — Decreto 7404 — quanto as intervenções em APP

Lei complementar 140/2011.

Leis Estaduais:

9.921/1993 — Principalmente quanto a incineração de resíduos

Decreto 52.701/2015 desassoreamento

Portarias da FEPAM:

034/2009 — Instrução MTR

009/2012 – MDF e MDP

Resolução SEMA nº 113/2012 – Enquadramento águas da bacia rio Gravataí.

Instrução normativa IBAMA nº 112/2006

Leis Municipais:

1339/1993 – Política Ambiental de Cachoeirinha.

2119/2002 – Estacionamentos.

Lei complementar 11/2007 – Plano diretor, principalmente quanto aos usos das zonas.

4116/2015 altera a lei 3800/2013 quanto ao art 99 – Estrutura da SMMA.

3159/2010 e decreto 5324/2012 – Óleos.

Resoluções CONAMA:

001/1986 – Principalmente quanto ao artigo 2.

237/1997 – Licenciamento.

307/2002, 348/2004, 431/2011 e 448/2012 – quanto aos RCC

375/2006 – Aplicação esgoto em solo.

357/2005, 430/2011 e 410/2009 – Lançamento efluentes.

420/2009 e 460/2013 – Qualidade do solo e áreas contaminadas – principalmente quanto ao capítulo IV da resolução.

001/1990 – Emissões atmosféricas (ruído)

003/1990 – Emissões atmosféricas.

436/2011 – Principalmente quanto ao Anexo XIV.

316/2002 – Sistemas de tratamento térmico.

023/1996 – Tratamento a ser adotado quanto ao transporte e depósito de resíduos perigosos.

Resoluções CONSEMA:

128/2006 – Lançamento de efluentes.

109/2005 – Gerenciamento Planos RCC.

NBRs:

7229 – Sistemas de tanques sépticos.

13.969 – Unidades de tratamento e disposição final de efluentes.

15.461 – Sistemas armazenamento líquidos combustíveis.

16725 – Ficha de segurança de produtos químicos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS ENGENHEIRO AGRÔNOMO

Bibliografia Sugerida:

ALBERONI, R. B. Hidroponia: como instalar e manejar o plantio de hortaliças dispensando o uso do solo. São Paulo: Nobel, 2011.

ALTIERI, M. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. SP: Ed. Agropecuária, 2011.

ANDRIGUETO, J. R. et al. Produção integrada de frutas e sistema agropecuário de produção integrada no Brasil. In: BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Produção integrada no Brasil: agropecuária sustentável, alimentos seguros. Brasília, 2009.

BALBINO, L. C. et al. Evolução tecnológica e arranjos produtivos de sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta no Brasil. Pesquisa Agropecuária Brasileira, Brasília, v. 46, n. 10, p. i-xii, out. 2011.

BARBOSA, F. R.; GONZAGA, A. C. O. (Ed.). Informações técnicas para o cultivo do feijoeiro- comum na Região Central-Brasileira: 2012-2014. Santo Antônio de Goiás: Embrapa Arroz e Feijão, 2012. (Embrapa Arroz e Feijão. Documentos, 272).

BALASTREIRE, L. A. Máquinas agrícolas. São Paulo: Manole, 2010.

BERGAMIN FILHO, A. et al. Manual de fitopatologia. Agrolivros, 2009.

BOREM, A.; MIRANDA, S. V. Melhoramento de plantas. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2013.

BRASIL. Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003. Dispõe sobre o Sistema Nacional de sementes e muda se dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2003.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Guia de inspeção de campos para produção de sementes. Brasília, 2011.

CAMARGO, R. Tecnologia dos produtos agropecuários: alimentos. São Paulo: Nobel, 2010.

CARVALHO, A. M.; AMABILE, R. F. Cerrado: adubação verde. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2006. 369 p.

COMISSÃO DE QUÍMICA E FERTILIDADE DO SOLO RS/SC. Manual de adubação e de calagem para os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Sociedade Brasileira de Ciência do Solo.

EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. Sistema brasileiro de classificação de solos. Embrapa Solos.

FACHINELO, J. C. NACHTIGAL, J. C.; KERSTEN, E. Fruticultura: fundamentos e práticas. Pelotas: UFPEL, 1996.

GLIESSMAN, S.R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2010.

MALAVOLTA, E. Manual de nutrição mineral de plantas. São Paulo: Agronômica Ceres, 2006.

MACHADO, A. L. T.; REIS, Â. V.; MORAES, M. L. B.; ALONÇO, A. S. Máquinas para preparo do solo semeadura e adubação. Editora e Gráfica da Universidade Federal de Pelotas, 2008.

Leis Federais:

6.938/1981 – Política Nacional do Ambiente, principalmente quanto aos instrumentos Decreto 99.274/1990 – Estações ecológicas e áreas de proteção ambiental.

12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, principalmente quanto aos requisitos dos planos de gerenciamento de resíduos.

9433/1997 – Política nacional de recursos hídricos, principalmente quanto a outorga do uso da água.

9.605/1998 – Crimes Ambientais.

12.651/2012 – Decreto 7404 – quanto as intervenções em APP

Lei complementar 140/2011.

Leis Estaduais:

9.921/1993 – Principalmente quanto a incineração de resíduos

Decreto 52.701/2015 desassoreamento

Portarias da FEPAM:

034/2009 – Instrução MTR

009/2012 – MDF e MDP

Resolução SEMA nº 113/2012 – Enquadramento águas da bacia rio Gravataí.

Instrução normativa IBAMA nº 112/2006

Leis Municipais:

1339/1993 – Política Ambiental de Cachoeirinha.

2119/2002 – Estacionamentos.

Lei complementar 11/2007 – Plano diretor, principalmente quanto aos usos das zonas.

4116/2015 altera a lei 3800/2013 quanto ao art 99 – Estrutura da SMMA.

3159/2010 e decreto 5324/2012 – Óleos.

Resoluções CONAMA:

001/1986 – Principalmente quanto ao artigo 2.

237/1997 – Licenciamento.

307/2002, 348/2004, 431/2011 e 448/2012 – quanto aos RCC

375/2006 – Aplicação esgoto em solo.

357/2005, 430/2011 e 410/2009 – Lançamento efluentes.

420/2009 e 460/2013 – Qualidade do solo e áreas contaminadas – principalmente quanto ao capítulo IV da resolução.

001/1990 – Emissões atmosféricas (ruído)

003/1990 – Emissões atmosféricas.

436/2011 – Principalmente quanto ao Anexo XIV.

316/2002 – Sistemas de tratamento térmico.

023/1996 – Tratamento a ser adotado quanto ao transporte e depósito de resíduos perigosos.

Resoluções CONSEMA:

128/2006 – Lançamento de efluentes.

109/2005 – Gerenciamento Planos RCC.

NBRs:

7229 – Sistemas de tanques sépticos.

13.969 – Unidades de tratamento e disposição final de efluentes.

15.461 – Sistemas armazenamento líquidos combustíveis.

16725 – Ficha de segurança de produtos químicos.

Município de Cachoeirinha / RS, 29 de Março de 2016.

Luiz Vicente da Cunha Pires
Prefeito
Município de Cachoeirinha / RS